ACTA N.º 26/2010**Data da reunião ordinária: 06-12-2010****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 9:30 horas****Términus da reunião: 17:50 horas****A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

João José Pescador de Matos Fanha Vieira
Carlos Alexandre Zagalo Gouveia
Paula Maria da Costa Pereira
João Sebastião Coutinho Lima Canaverde
Henrique da Cunha Pereira
Carlos Manuel Godinho Matias

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da acta:****Nome:** Maria de Lurdes Marques Esteves Alves dos Santos**Cargo:** Coordenador Técnico**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 03-12-2010****Operações Orçamentais: 1.374.906,62****Operações não Orçamentais: 200.223,65**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

- Não houve intervenção do público.

INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO

- Nesta altura, eram 9:35 horas, o Exmo. Presidente interrompeu os trabalhos da reunião, em virtude de ir participar numa reunião na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, recomeçando os trabalhos às 14:30 horas.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

- De acordo com o art.º 9.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra, para informar o seguinte:

1 – EXMO. PRESIDENTE

- Sobre a reunião realizada esta manhã com os Presidentes das Câmaras da Região do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, na qual o Sr. Presidente da Comunidade Urbana alertou que o Governo se prepara para retirar todo o dinheiro referente a candidaturas aprovadas e não executadas até ao final do ano.

Ficou surpreendido dado que as obras só podem começar depois de aprovadas as candidaturas e só depois é que vão para o Tribunal de Contas.

Também foram informados que o Sr. Secretário de Estado do Orçamento disse que as obras da ponte de Constância, serão realizadas com o dinheiro retirado de todas as Câmaras vizinhas.

Face a este cenário, ficou acordado entre os 16 Presidentes das Câmaras, pedirem para serem recebidos pelo Mais Centro, para análise da situação.

2 – VEREADOR SR. ALEXANDRE ZAGALO

Manifestou a sua perplexidade sobre a situação, dado que hoje dizem uma coisa e amanhã dizem outra. Está muito preocupado com esta maneira de trabalhar. Está a ver que a Estação do Entroncamento e a Esquadra da P.S.P., não são para fazer. O Entroncamento tem sido continuamente prejudicado com o acesso aos Fundos Comunitários. Pensa que a Administração Central está muito distante dos municípios e não sabe como se gerem as Autarquias. Não nos devemos calar.

3 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

Apresentou as seguintes questões:

a) Registo a minha perplexidade e reprovação pelo modo como as Câmaras Municipais estão a ser tratadas pelo governo, na gestão do QREN. Trata-se de um desrespeito inadmissível pelas autarquias, pelos seus funcionários e pelos munícipes. O governo não tem qualquer legitimidade para exigir às autarquias uma gestão rigorosa quando a sua própria gestão é ruínosa e catastrófica --- sem regras, sem critérios, absolutamente anárquica.

Apoio todos os esforços que no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo sejam feitos para salvaguardar os interesses do nosso concelho.

A Câmara subscreveu estas palavras.

b) Gostaria antes de mais de solicitar uma informação relativa à cedência do antigo canil municipal à Associação “Companhia dos Animais”.

Segundo me informaram responsáveis por esta associação, no início de 2006, altura em que foi criada a instituição, enviaram uma carta à Câmara, pedindo a cedência do antigo canil. Como lhes foi dito que, em princípio não haveria problema, a Companhia dos Animais registou aí a sua sede.

Em Setembro de 2009, foi enviada à Câmara uma proposta de protocolo para a cedência do canil. Não tendo havido evolução neste processo, em Maio deste ano o Senhor presidente terá pedido às responsáveis da Associação cópia dessa proposta de protocolo, para o assunto ser resolvido, de uma vez por todas.

Certo é que, quase cinco anos depois do início deste processo, continua tudo na mesma. As responsáveis da Companhia dos Animais apenas já pedem um “sim” ou um “não” relativo à cedência do antigo canil, o que, convenhamos, não é pedir muito. Por isso pergunto quando é que é dada resposta.

c) Queria agora abordar o tratamento que está ser dado à linha de água que atravessa o loteamento em construção entre o Hipermercado E. Leclerc e o CERE.

Segundo verifiquei no local, o traçado natural do ribeiro está a ser substituído por um canal, em betão.

Não conheço o projecto e o dimensionamento aí estipulado para este canal. Mas é estranho que, pelo menos à vista desarmada, a calha pareça ter uma secção inferior à da manilha implantada sob a A23, a montante, na mesma linha de água.

Por outro lado, informaram-me que, já durante a fase da obra, terá sido alargada a secção na parte de saída da urbanização. Desconheço o que terá levado ao alargamento.

Finalmente, segundo a minha observação (que reconheço ser muito sumária) parecer-me-ia desnecessário o encanamento, pelo menos na primeira parte do curso do ribeiro, já dentro da urbanização nascente, podendo ser mantidas as margens em “estado natural”, com evidentes vantagens ambientais.

Peço, portanto, que os serviços técnicos verifiquem com rigor o que está a ser feito e a possibilidade de dispensar o encanamento artificial, pelo menos durante parte do traçado do ribeiro, dentro da urbanização.

d) De há algumas semanas para cá, encontra-se sem iluminação pública a passagem pedonal, sob o acesso ao Viaduto Eugénio Poitout, entre o Centro de Convívio e o Centro de Saúde.

Como se sabe esta passagem é muito utilizada e, com o horário de Inverno, muita gente aí passa ainda ou já de noite. Os receios das pessoas são justificados, pois já aí têm ocorrido algumas abordagens geradoras de insegurança.

Solicito que seja comunicado o problema a quem o possa resolver com urgência.

e) Aproveito para entregar as respostas dadas pelo governo ao deputado José Gusmão (BE) sobre as obras para melhorar a segurança na estação da CP e a eliminação da passagem de nível da Linha da Beira Baixa.

Como poderão verificar são respostas absolutamente insatisfatórias e desresponsabilizadoras por parte da Refer e do governo.

Posteriormente, em sede de PIDDAC o BE propôs na Assembleia da República a inclusão de uma verba de 1,5 milhão de euros no Orçamento do Estado para 2011, para a construção de uma passagem desnivelada na estação ferroviária do Entroncamento, uma obra que considerámos prioritária. Esta proposta foi rejeitada pelo PS, com a abstenção do PSD.

- Relativamente a estas questões, o Exmo. Presidente informou:
- Sobre o canil municipal, os elementos da Associação reuniram consigo e disse-lhes para apresentarem um projecto que reunisse todas as condições para ser analisado. Estamos a aguardar. O terreno está disponível.
- Em relação à linha de água, não faz ideia, vai indagar junto dos serviços.
- Quanto à falta de iluminação pública na passagem pedonal, sob o acesso ao Viaduto Eugénio Dias Poitout, a situação vai começar a ser resolvida na próxima 5.ª ou 6.ª feira.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTAS

- Foram presentes as actas das reuniões de 15 e 30 de Novembro de 2010, que previamente foram distribuídas aos Srs. Vereadores, as quais depois de lidas e corrigidas, foram aprovadas e assinadas por todos os presentes.
- A acta da reunião de 15 de Novembro, foi aprovada, por maioria, com abstenção do Vereador Sr. João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, por não ter estado presente na mesma.
- A acta da reunião de 30 de Novembro foi aprovada por unanimidade.

ELEITOS LOCAIS

FALTA DE VEREADOR

- E-mail do Vereador Sr. Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, a informar que por motivos profissionais, não poderá estar presente na reunião de 06 de Dezembro de 2010, solicitando que esta falta seja considerada justificada.
- Esta falta foi considerada ultrapassada, em virtude do Sr. Vereador ter comparecido na reunião.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

RESITEJO - ASSOC.G.TRAT.LIXOS M. TEJO

RESITEJO – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTO DOS LIXOS DO MÉDIO TEJO – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO

- Ofício n.º 1187/2010, datado de 12 Novembro, da Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, a comunicar que a Assembleia Geral reunida no passado dia 09/11/2010, deliberou proceder à contratação de um empréstimo junto do BPN, de médio prazo (36 meses), no montante de 500.000,00€ para fazer face a dificuldades de tesouraria, conforme resulta do conteúdo que anexa.
- Assim e para que se possa dar seguimento ao deliberado remetem todo o processo para que este Município se pronuncie sobre o mesmo de acordo com o constante na legislação em vigor.

- A Câmara, tudo visto e analisado e após o Exmo. Presidente ter prestado esclarecimentos sobre os montantes que se encontram em dívida por parte de alguns municípios, deliberou, por unanimidade, votar contra a contratação deste empréstimo porque não concordamos que o município do Entroncamento tenha de arcar com as

consequências financeiras do incumprimento, por parte de outros municípios, em relação à Resitejo.

Se nós cumprimos os nossos compromissos financeiros, os outros municípios podem e devem igualmente fazê-lo. Se o não fazem, deverão ser eles a sofrer as consequências e, não indirectamente os nossos munícipes. Ou seja, se precisarem, deverão ser eles a contrair os empréstimos bancários para liquidar as suas dívidas junto da Resitejo e a pagarem os respectivos juros.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

RESITEJO – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTO DOS LIXOS DO MÉDIO TEJO – CONCURSO INTERNACIONAL PARA A CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ORGÂNICA

- Ofício n.º 1188/2010, datado de 12 de Novembro, da Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, a informar que a Assembleia Geral da Associação, reunida no passado dia 30/09/2010, deliberou proceder à suspensão do processo referente à construção da Central de Valorização Orgânica, tendo em conta as razões apontadas na informação que anexa.

De acordo com a mesma deliberação foi apresentada a desistência à candidatura apresentada ao FC, assim como foi apresentada desistência do pedido de financiamento solicitado para o mesmo fim, conforme os documentos anexos.

No seguimento desta deliberação e atendendo a que a Associação se encontra obrigada a retirar de aterro 10.000 toneladas de RUB's/ano, encontram-se em estudo outras soluções, as quais serão levadas ao conhecimento das respectivas autarquias logo que os mesmos estejam terminados.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E J.I. ALPHA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E JI ALPHA – VISITA DE ESTUDO - PEDIDO DE APOIO

- E-mail datado de 16 de Novembro findo, do Agrupamento de Escolas e JI Alpha do Entroncamento, a informar que os alunos do Jardim de Infância Norte, vão ao Teatro Tivoli em Lisboa, no próximo dia 30 de Novembro, solicitando, para o efeito, um apoio financeiro para as crianças mais desfavorecidas, sendo 26 alunos abrangidos pelo escalão A e 22 pelo escalão B.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, subsidiar em 100% as crianças do escalão A e em 50% as crianças do escalão B.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXPEDIENTE DIVERSO

DRELVT – EAE – FESTA NACIONAL DO PROJECTO NESTUM RUGBY – APOIO À ORGANIZAÇÃO

- E-mail da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo – EAE Médio Tejo, a propor a realização da Festa Nacional do Projecto Nestum Rugby, na Cidade do Entroncamento, no próximo dia 21 de Maio de 2011 (Sábado), com a participação de cerca de 1000 alunos de escolas de todo o País.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, disponibilizar-se para apoiar o evento, atribuindo, para o efeito um subsídio de 1500 Euros.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROJECTO 30 ANOS ANTENA LIVRE – EDITA CD ANTOLÓGICO DE BANDAS DA REGIÃO

- E-mail recebido em 8 de Novembro de 2010, da Antena Livre, a remeter o Projecto 30 Anos Antena Livre relativo ao CD Antológico de Bandas da Região que a Antena Livre se prepara para editar.

Este CD com 2 faixas musicais de cada grupo (Ana Laíns, Grim Reaper Society, Alf Pedro Dyonysio, Kuantta, Hyubris, The Kaviar, The Scart), abrange os Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal, Mação, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, tem as seguintes formas de patrocínio:

- 200 CDs – 6,00€, por unidade;

- 300 CDs – 5,00€, por unidade;

- 150 CDs – 7,00€, por unidade.

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com o Sr. Vice – Presidente João Vieira, deliberou, por unanimidade, adquirir 150 CDs, ao preço unitário de 7,00€

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PROFISSIONAIS DE DANÇA DESPORTIVA – PEDIDO DE SUBSÍDIO

- E-mail recebido em 5 de Novembro de 2010, da Associação Portuguesa de Profissionais de Dança Desportiva, a solicitar o pagamento total ou parcial da licença dos direitos de autor, no montante de 283,39€, à SPA – Sociedade Portuguesa de Autores, referente ao Campeonato Nacional de Dança Desportiva, realizado no dia 6 de Novembro, no Pavilhão Desportivo Municipal.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, conceder, para o efeito, um subsídio no valor de 283,39€.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CADE - CLUBE AMADOR DE DESPORTOS DO ENTRONCAMENTO – PEDIDOS DE SUBSÍDIOS PARA TRANSPORTE

- Do CADE - Clube Amador de Desportos do Entroncamento, foram presentes os seguintes pedidos de subsídio, referentes a deslocações efectuadas pela sua comitiva, em autocarro da Rodoviária Nacional, conforme fotocópias das facturas anexas, para jogos do Campeonato Nacional de Juvenis, em virtude da não cedência de transporte pela Câmara Municipal:

- Ofício n.º 91.2010/2011, datado de 04 de Novembro, deslocação efectuada no dia 19/09/10 a Valongo – Castelo Branco, no valor de 300,00 Euros;

- Ofício n.º 92.2010/2011, datado 04 de Novembro, deslocação efectuada no dia 02/10/10 a Massamá, no valor de 300,00 Euros.

- Ofício n.º 94.2010/2011, datado 04 de Novembro, deslocação efectuada no dia 10/10/10 a Amadora, no valor de 300,00 Euros.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio de 50% do valor do transporte, ou seja 150,00 Euros, por cada deslocação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CEDÊNCIA DE TERRENOS

CEDÊNCIA DE TERRENO – TRENDIRIVIR – ASSOCIAÇÃO-SÓCIO CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO – ANULAÇÃO DE PROCESSO

- Ofício n.º 57 datado de 16 de Novembro, do Trendirivir – Associação Sócio -Cultural para o Desenvolvimento, a informar que dado a situação financeira com que a Associação se vem debatendo ao longo dos anos, tentando sempre manter-se e tornar-se sustentável, situação agravada pelos cortes inerentes aos ATL's e todo o contexto socioeconómico do nosso país, não lhes é possível dar andamento ao

processo concursal da creche, conforme a carta, que anexam, da Caixa Geral de Depósitos, com resposta negativa ao financiamento.

Assim, não lhes é possível dar cumprimento ao solicitado no nosso e-mail, pelo que consideram anulado o processo relativo ao terreno em direito de superfície, localizado na Quinta do Bonito.

- Usou da palavra a Vereadora Sr.^a Paula Costa que informou ser este um projecto muito valioso, dado que apoiava crianças com almoço e ATL, mas a Segurança Social deixou de apoiar.

Foi feita à Segurança Social uma carta conjunta do Agrupamento ALPHA, Escolas 2 e 3 e Câmara Municipal, com uma justificação muito forte, mas até hoje não foi obtida qualquer resposta.

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou aceitar novamente o terreno de volta.

- O Vereador Sr. Carlos Matias solicitou cópia da carta que foi remetida à Segurança Social.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2011-2014

- Presente o “Orçamento para o ano de 2011 e as Grandes Opções do Plano para o período 2011-2014” que contempla uma receita e despesa de igual valor no total de 32.509.377€ (trinta e dois milhões quinhentos e nove mil trezentos e setenta e sete euros), bem como, os “Mapas de Pessoal” e “Opção Gestionária”, os quais se dão aqui como integralmente reproduzidos.

- De imediato, o Exmo. Presidente interveio, explanando o seguinte:

«O Orçamento do município para o ano de 2011 totaliza 32.509.377 €.

É o valor mais elevado de sempre de um orçamento do nosso concelho.

E há razões para que assim seja.

Porque, na verdade, não se trata de um orçamento despesista, mas sim de um orçamento de investimento.

Na actual conjuntura socioeconómica, conter as despesas de funcionamento, parece-nos ser uma medida tão acertada quanto o é continuar a apostar no reequipamento do concelho.

De facto, as previstas participações de fundos comunitários (a fundo perdido) que nesta altura atingem os valores mais elevados de sempre (cerca de 80%), levam-nos a desenvolver todas as diligências para conseguir que no nosso concelho seja investido o valor mais elevado possível, com o menor esforço financeiro possível.

Como se pode ver no quadro, a área do investimento representa no orçamento perto de 2/3 do total previsto.

DESIGNAÇÃO		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
RECEITAS	valor	10.928.259 €	20.277.107 €	31.205.366 €
	%	35,02%	64,98%	100,00%
DESPESAS	valor	10.924.519 €	20.280.847 €	31.205.366 €
	%	35,01%	64,99%	100,00%

Tendo em conta o valor assumido, permito-me referir os **principais projectos** que o compõem:

Consolidação da estratégia de regeneração urbana delineada para o concelho;

- Requalificação Urbana da Rua Elias Garcia – cerca de 480.000 €;
- Requalificação Urbana da Rua Luís Falcão de Sommer – cerca de 175.000 €;
- Benef. CM1179 – Ligação do concelho Entroncamento até limite T. Novas - Z.I. Riachos - cerca de 375.000 €;
- Requalificação Urbana - R.1.º Maio e R. Pedro Álvares Cabral e Projectada – cerca de 275.000 €;
- Requalificação Urbana Bairro Frederico Ulrich – cerca de 220.000 €;
- Ciclovia - R. Dr. Francisco Sá Carneiro – cerca de 112.000 €;
- Ciclovia - Troço entre R. Dr. F. Sá Carneiro e R. Damião Góis – cerca de 1.000.000 €.

Renovação do parque escolar da cidade

- Construção do Centro Escolar Norte – cerca de 2.650.000 €
- Requalificação e Ampliação da EB1 n.º 1 + JI (Zona Verde) - cerca de 3.180.000 €

Valorização do meio ambiente - dinamização do parque do bonito

- Construção de um espaço de animação e actividade económica – cerca de 1.100.000 €;
- Parque do Bonito 1.ª Fase (Arruamentos e Passeios) – cerca de 1.900.000 €;
- Parque do Bonito 2.ª Fase (Espaços de recreio e equipamento de apoio) – cerca de 1.850.000 €;

Em resumo e como se pode ver no texto introdutório ao orçamento, os investimentos municipais encontram-se assim repartidos:

- 70,3 % destinado às **Funções Sociais** com destaque para:

Educação / Ensino não Superior (31,4 %);

Espaços Verdes (28,3 %).

- 22,9 % destinado às **Funções Económicas**, destacando-se:

Rede Viária Arruamentos e Transportes (19,4%)

- 6,9 % destinado às **Funções Gerais – Administração**, sendo a maior parte da verba para:

Equipamento de serviços municipais (6,2%)

No que respeita à contenção de despesas correntes, entendemos dever colaborar no esforço que o país está a fazer no seu todo para a contenção de gastos.

No que depende do município, a nossa proposta de orçamento inclui as reduções possíveis nas diversas áreas de actuação, permitindo-me destacar:

DESIGNAÇÃO	2010	2011	VARIAÇÃO
Festas da Cidade	175.530,00	133.245,00	-24,09%
Aniversário do Concelho	17.000,00	12.750,00	-25,00%
Iluminação de Natal	50.000,00	35.000,00	-30,00%
Comemorações do 25 de Abril	13.240,00	5.723,00	-56,77%
Outras Actividades Culturais	115.115,00	89.753,00	-22,03%
Colóquios/seminários/conferências	4.140,00	2.625,00	-36,59%
Mostra de Artesanato e Gastronomia	10.000,00	7.500,00	-25,00%
TOTAL	385.025,00	286.596,00	-25,56%

A Câmara não deixará, por certo, de apoiar iniciativas que as colectividades locais entendam desenvolver, desde que as mesmas tenham igualmente em consideração as dificuldades com que as finanças municipais se defrontarão no próximo ano, devido quer aos cortes nas transferências oriundas do orçamento de estado, quer ao abaixamento drástico das receitas próprias originado pelo arrefecimento da economia nacional e local.

Para atingir esse desiderato, a Câmara prevê efectuar despesas com as AMR – Actividades Mais Relevantes de 1.213.323 €, a repartir pelas diversas colectividades do concelho nas respectivas áreas de actividade: cultural, desportiva, recreativa, religiosa, cívica, acção social, protecção civil/bombeiros.»

- Seguidamente os Vereadores do Partido Socialista, Srs. Alexandre Zagalo e Henrique Cunha, apresentaram a seguinte intervenção:

«O documento que nos é presente é um orçamento que previsivelmente não se concretizará em toda a sua amplitude, uma vez que está dependente dos fundos comunitários, cujas regras de atribuição mudam todos os dias.

Por outro lado a conjuntura nacional, de crise económica, implica um sentido de grande responsabilidade que não é respeitado no documento que nos é apresentado.

Logo na primeira página ficamos a saber que o total das verbas previstas para o ano de 2011 é de 31.205.366 euros, ou seja, um acréscimo de 8% em relação ao ano anterior (não os 18,74% referidos no documento).

Se os valores considerados nos anos anteriores mereceram a nossa crítica por os considerarmos exagerados, em relação ao valor previsto para as receitas e despesas de investimento, só podemos considerá-lo virtual. Todos sabemos que se em anos anteriores não foi possível obter as receitas previstas, no ano de 2011 atingir o valor previsto será impossível.

Pensamos que num ano de crise como aquele que se avizinha deveria haver mais realismo nas previsões das receitas e um maior cuidado na selecção dos investimentos.

Por certo nunca poderíamos estar todos de acordo com os investimentos a fazer, mas todos gostaríamos que pudessem ser feitos muitos mais, sobretudo neste momento, com o desemprego a atingir um número crescente de trabalhadores.

Quanto à forma como o documento está elaborado queremos manifestar o nosso desagrado pelo facto de algumas rubricas não aparecerem discriminadas, de modo a tornarem a sua leitura fácil e esclarecedora.

No Capítulo 04-Resumo da Despesa por Classificação Económica, podemos ver que na rubrica “Aquisição de Serviços” com um valor de 3.444.341 euros são discriminadas verbas de 1000 ou 2000 euros mas depois aparece um valor de 1.597.551 euros, apenas, com a indicação de “outros serviços”.

Podemos depois ver no capítulo 05 — Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano a discriminação de parte desta verba, cerca de metade, mas em relação à outra parte não sabemos a que se destina.

Outros exemplos poderíamos apresentar, mas este é apenas o que envolve maiores verbas.

Para terminar, e atendendo a que votámos favoravelmente a concretização das obras previstas no orçamento, não obstante este não ser o nosso orçamento o nosso sentido de voto terá forçosamente a abstenção.»

- Também o Vereador do Bloco de Esquerda, Sr. Carlos Matias, interveio, assim:

«Mais uma vez, este ano, aos vereadores da oposição foi proposto opinar e incluir propostas num documento já elaborado, coerente na sua lógica própria.

Não cremos que tal metodologia corresponda ao espírito da Lei que estatui o direito de oposição.

Como dissemos na carta que oportunamente enviámos “nestas circunstâncias, pouco sentido fará apresentar sugestões, de difícil enxertia num documento que tem a sua própria coerência.” Faria sentido, isso sim, conhecer outras visões e outras propostas, antes de elaborado o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, ou no seu processo de elaboração, única forma de, eventualmente, integrar as sugestões apresentadas, no todo ou em parte. Assim como faria sentido ter ocorrido uma prévia abordagem informal dos documentos, para obter esclarecimentos sobre algumas das verbas aí inscritas.

A curta discussão que hoje aqui fazemos --- curta pela amplitude e complexidade dos assuntos em causa --- deveria ser o culminar de um processo de esclarecimento e clarificação e não ser, como de facto é, quase uma formalidade a cumprir.

Os documentos que nos são propostos materializam um conjunto de **orientações genéricas**:

- receitas de cobrança de impostos directos pelos máximos admissíveis, quer no IMI, quer na derrama;
- alguma contenção das despesas correntes, essencialmente devido à redução dos encargos com pessoal, fruto dos cortes aos rendimentos dos funcionários públicos promovidos pelo PEC aprovado por PS e PSD;
- continuação do forte investimento no parque escolar e desportivo;
- concentração de investimentos no Parque do Bonito e na requalificação de arruamentos;
- não assunção de outros investimentos importantes ou o seu protelamento;
- menorização da actividade cultural;

De uma análise ainda um pouco mais detalhada aos documentos ressaltamos alguns aspectos.

Insiste-se na **rede aberta multiserviços**, um projecto que nos levanta as maiores reservas, cujo investimento agora começou mas que não sabemos como e quando irá parar.

Assim como prossegue o investimento na **Escola de Trânsito**, já aparecendo uma verba de 7500 euros para manutenção.

Já o **Parque de Estacionamento para Pesados**, de que sempre discordámos, parece estar a levar o destino do PDM: é para fazer “*um dia*”. No ano passado, o tal parque tinha uma dotação de 15 mil euros. Não se fez e agora a dotação minguou para 5 mil euros.

Investimento em **habitação social** praticamente não há.

Nem em 2011, nem no horizonte do PPI se vislumbra a intenção de fazer uma intervenção de fundo no **Bairro Frederico Ulrich**. A ideia parece ser a de ficarmos pela requalificação em curso, que melhora alguma coisa, mas não resolve o problema de fundo, o da desadequação daquelas habitações minúsculas à vida actual e do problema urbanístico, económico e social associado à vida naquele bairro. Reconhecemos que uma intervenção de fundo é muito difícil, exigindo parceiros, tempo e dinheiro. Mas, exige, antes de mais vontade política de a fazer --- que não transparece destes documentos previsionais.

Assim como não há intenção de construir uma nova **Biblioteca**. E o fundo bibliográfico da actual biblioteca recebe uma dotação anual de 12 mil euros --- menos de um sexto dos 64 mil euros atribuídos só para conservação e manutenção da piscina.

O **by-pass ao Ribeiro de Santa Catarina**, uma linha de água geradora de frequentes inundações no centro da cidade, também não aparece, nem 2011 nem no horizonte do PPI.

E da **Casa da Juventude** já nem se fala. Por esse país e pelo estrangeiro, o desenvolvimento da criatividade e potencial da juventude é levado a sério, com instalações especificamente a ela destinadas. Por cá, tal ideia é mal amada pelo PSD, sendo a Casa da Juventude apenas vista como um potencial foco de doutrinação “bloquista”. Aliás, a rubrica das actividades especificamente destinadas à juventude tem a baixa dotação de 45 mil euros, sensivelmente a mesma da orçamentada para este ano.

O **Mercado Municipal**, que já no ano passado, sinalizámos como necessitando “de uma transformação e requalificação profundas” é contemplado em 2011 por uma verba ainda inferior aos 80 mil euros 2010, dos quais 35 mil para impermeabilização. Afinal, a impermeabilização (já em curso) terá ficado por 20/25 mil euros e, globalmente, este ano pouco além se prevê ir. Mais um projecto estruturante “congelado”.

A **revisão do PDM** --- documento essencial na planificação urbanística --- continua uma novela sem fim à vista. O ano passado teve uma dotação de 30 mil euros mas a respectiva realização foi zero. Agora, segundo o orçamento, a execução será em 2011 (37 mil euros) e 2012 (70 mil euros). E, ano após ano, lá se vai tranquilamente empurrando para diante o que há muito deveria estar concluído.

Como antes dissemos, continuará o investimento forte em espaços verdes. O problema é que esse é praticamente todo concentrado no **Parque do Bonito** (a maior parte) e no **Jardim Pereira Caldas**.

Discordamos do mau trato dos **pequenos espaços intersticiais** dentro do tecido urbano, ou quase reduzidos a uma decoração de materiais inertes ou, pura e

simplesmente, abandonados. Reparámos na pequena dotação (2500 euros por cada um) para a recuperação dos parques infantis, em contraponto com as avultadas verbas destinadas aos projectos considerados centrais.

Do ano passado, sobrevive uma forte dotação de 225 mil de euros para uma iniciativa denominada “**Património Ferroviário Nacional – O Turismo Científico como Produto Estratégico**”, em que nada foi executado.

Trata-se de um investimento elevado que justificaria uma fundamentação sólida, uma abordagem e um debate prévio que nos permitissem aquilatar do seu real interesse. Nada disso foi feito. Nem no ano passado, nem de então para cá. Nestas circunstâncias, não podemos validar algo que nunca foi apresentado e discutido.

Continua a não aparecer em Orçamento a **aquisição e requalificação do Estúdio 121 e lojas anexas**. Nas circunstâncias de todos conhecidas, abortou a decisão da sua aquisição, há tempos tomada pela maioria PSD. O negócio, a que nos opusemos dada a sua estranha formatação, ficaria pelo caminho. Mas, não sem a declaração do PSD de que voltaria a ele, uma vez resolvidos os problemas da parte do vendedor. Desde sempre considerámos o negócio interessante, desde que por um preço justo e com pagamento noutros moldes. Essa rubrica deveria estar aberta no Orçamento.

A *décalage* entre a execução física e a execução financeira já permitiu transferir para o Orçamento de 2010 obras, como as da Praça da República e do Monumento ao Ferroviário que, de facto, já foram feitas, em 2009 --- mesmo antes das eleições autárquicas. O estranho é que continuam por pagar e a merecer dotação em 2011.

Como se sabe, existe no concelho um grave défice de espaços para a actividade cultural.

Está já em curso a requalificação do **Centro Cultural**, com uma duvidosa reafecção de usos, em que as valências culturais são minorizadas, em detrimento do comércio e do convívio. A respectiva verba aparece inscrita no Orçamento de 2011.

Está também inscrita em Orçamento (2011 e 2012) a recuperação do **Cine-Teatro S. João**. O problema é que nem a recuperação tem ainda projecto, nem, por conseguinte, foi candidatada aos fundos comunitários. Aqui está mais um caso (ou dois, se considerarmos o Centro Cultural) em que a cultura ficou para trás, em detrimento de outras opções.

Validamos a opção de voltar a inscrever a recuperação do S. João em Orçamento, agora para 2011. Mas não deixamos de registar o nosso cepticismo, pois já no ano passado havia inscrita uma verba para este ano e, no momento da verdade, o S. João ficou para trás.

As **manifestações culturais** inscritas nas Actividades mais Relevantes assentam sobretudo na promoção de grandes eventos.

No entanto, num quadro geral de contenção de despesas aí particularmente notório (veja-se o “corte” na rubrica “Festas da Cidade”), registamos uma assinalável subida da dotação para a **Gala do Carril Dourado**, de 26 para 30 mil euros. E não deixámos passar a dotação de 99 mil euros para a **Feira Ferroviária**, oito vezes mais do que apoio social às famílias, que em 2011 ficará pelos 12 mil euros, em vez dos 30 mil

orçamentados para este ano. Assim como registamos a subida de 25 para 30 mil euros na rubrica de **Grandes Eventos Culturais Nacionais**.

Insistimos “que se deveria promover o investimento na **eficiência energética dos espaços municipais**, como factor de poupança e um exemplo para a comunidade.”

É certo que aparece inscrita no Orçamento para 2011 uma verba global superior a 300 mil euros para intervenção na Iluminação Pública e nas Infraestruturas Eléctricas. Suponho que será no sentido da poupança energética.

Mas continuam por efectuar --- e orçamentar --- auditorias energéticas aos edifícios municipais e estabelecer planos de execução das alterações necessárias. Como aliás foi aprovado pela Câmara Municipal, era então vereador o Professor Henrique Leal, que apresentou essa proposta. A recente constituição de uma Agência de Energia não pode ser a desculpa reiterada para que o próprio município não faça o esforço que deve fazer.

Registamos a opção pela continuidade dos fortes investimentos no **ensino**, com a construção do novo Centro Escolar Norte, a construção da Escola Básica do 1.º ciclo e JI Sul e a Requalificação e Ampliação da EB N.º 1 e JI. Assim como a continuidade de investimentos nas **infraestruturas desportivas** e na **rede viária**, mesmo em casos não prioritários, como é para nós o da Rua Luís Falcão de Sommer.

Quase a terminar, gostaria de reportar-me ao mapa com os **encargos dos empréstimos a assumir em 2011**.

Antes de mais, interrogo-me por que razão não é feita uma gestão dinâmica dos encargos com os empréstimos, aproveitando os ocasionais momentos de baixa das taxas de juros, para reestruturar a dívida.

Interrogo-me, em particular, sobre a taxa actual de 5,4% sobre o mais vultuoso empréstimo ainda em liquidação, 3 milhões de euros de empréstimo contraídos pelo município, em 2002. É que, dizia a proposta da CGD então apresentada e aprovada na Assembleia Municipal que “o empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à “Euribor” a 3 ou 6 meses (base 360 dias) acrescida do “spread” de 0,625% durante os primeiros 6 anos do contrato, e ajustável até 0,875% no prazo remanescente”. Ora, rondando actualmente a Euribor a 6 meses os 1,256%, se acrescermos 0,875% de “spread” já em vigor, como é que dá os 5,4%? Pelas minhas contas, daria pouco mais de 2%...

Estas questões deveriam ser esclarecidas.

Por fim, relativamente ao Orçamento, queremos ainda anotar o caso pontual de acentuada redução do **subsídio ao CERE** de 15 mil para 9 mil euros.

Ponderando aspectos positivos e negativos e tendo em conta a visão de cidade subjacente a estes documentos, iremos votar contra.»

- Terminadas que foram estas intervenções e após o Exmo. Presidente prestar os esclarecimentos julgados necessários, foram de seguida, estes documentos, colocados à votação, tendo obtido o seguinte resultado:

- **“Orçamento para o ano de 2011 e as Grandes Opções do Plano para o período 2011-2014”, aprovado, por maioria**, com 4 votos a favor dos Vereadores Srs. Paula Costa, João Canaverde, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente, 2 abstenções dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Henrique Cunha, e 1 voto contra do Vereador Sr. Carlos Matias.

- **“Mapas de Pessoal” e “Opção Gestionária”, aprovados por unanimidade.**

- Mais foi deliberado, depois de rubricados estes documentos em todas as suas folhas, remete-los à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

- Foi ainda deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALT. ORÇ. DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO

ALTERAÇÃO N.º 10 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2010

- A Câmara aprovou, por maioria, a Alteração n.º 10 ao Orçamento da Receita, Despesa e GOP'S para o Ano Económico de 2010, totalizando 113.715,00€ (cento e treze mil setecentos e quinze euros), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente acta.

- De notar que, o valor referido inclui a Alteração n.º 10 às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR).

- Votaram a favor os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha, Paula Costa, João Canaverde, Vice-Presidente João Fanha Vieira e Exmo. Presidente.

- Absteve-se o Vereador Sr. Carlos Matias.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

FUNDOS DE MANEIO

FUNDOS DE MANEIO – SERVIÇOS DE NOTARIADO

- Da Assistente Técnico – Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, foi presente a seguinte informação:

«Na reunião de 04 de Janeiro de 2010, foi constituído um fundo de maneio, a favor da Secção de Património e Notariado no montante de 500 euros (quinhentos euros), sendo responsável pela sua utilização o Coordenador Técnico Orlanda Maria Viegas Ramos Pedroso.

Em virtude da aposentação da referida funcionária, deverá ser nomeada/o outro funcionário responsável pela utilização desse fundo de maneio.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com a sugestão do Chefe da Divisão de Finanças e Património, deliberou, por unanimidade, nomear, para o efeito, a Assistente Técnico, Ana Paula Cardoso.

- Foi ainda deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ASSISTÊNCIA JURÍDICA EM PROCEDIMENTO CRIMINAL – PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL

- Na sequência da deliberação de 15/11/2010, acerca da necessidade de se iniciar um procedimento contratual para prestação de serviços de Assistência Jurídica, foi presente da Assistente Técnico - Andrea Frutuoso, dos Serviços de Aprovisionamento, a seguinte informação:

«1. Atenta a necessidade da Prestação de Serviços de Assistência Jurídica relacionada com a constituição de mandatário judicial para interpor acção junto do

Tribunal Judicial, no seguimento da informação prestada pela Técnica Superior Dr.ª Fátima Rosa, constante do registo SGD 13846, na transição n.º 1 e após se verificar que o pedido de parecer não se encontrava devidamente instruído, nos termos da lei (n.º 2 do art.º 3 da Portaria 371-A/2010 de 23/06), submete-se à consideração superior novo pedido de parecer prévio favorável pela Câmara.

2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder os 10.000,00€ (mais IVA à taxa legal em vigor) a satisfazer pela dotação 0102 020214. De referir que a referida rubricada não apresenta dotação disponível suficiente, pelo que será alvo de reforço na próxima alteração orçamental.

3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, do CCP, propõe-se a adopção de um ajuste directo, optando pelo critério de adjudicação do mais baixo preço, previsto na al. b) n.º 1 e n.º 2 do art. 74.º CCP.

4. Seja convidada a seguinte entidade A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice & Associados Sociedade de Advogados, R.L., tendo-se verificado que o convite não viola os limites previstos no n.º 2 e no n.º 5 do artigo 113.º do CCP.

5. O órgão competente – Presidente da Câmara Municipal – toma a decisão de contratar no uso de competência própria – al. f) n.º1 do art. 68.º da Lei 169/99 de 18/09 e al. a) n.º 1 do art. 18.º do D.L. 197/99 de 08/06, aplicável por força do disposto no al. f) n.º 1 do art.14.º do D.L. 18/2008, de 29/01, na sua actual redacção.

Deverá ser presente à reunião de Câmara.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha, Paula Costa, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente;

- Votou contra o Vereador Sr. Carlos Matias, que apresentou a seguinte declaração de voto:

«Reafirmamos o nosso apoio à iniciativa do Senhor Presidente da Câmara defender o seu bom nome, posto em causa numa reunião da Assembleia Municipal.

Votei contra a contratação desta assistência jurídica pela razão única e já apontada de que consideramos que tal contratação deveria ser feita junto de um advogado da cidade ou da região.»

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACTIVIDADES DE ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS – PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL

- Do Assistente Técnico - Andrea Frutuoso, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que abaixo se transcreve, acerca da necessidade de se iniciar um procedimento contratual para prestação de serviços para Actividades de Engenharia e Técnicas Afins:

«1. Na sequência da informação do Chefe da DSU Eng.º Nuno Valente, constante no registo do SGD 14517, torna-se necessário proceder à abertura de um concurso para a Prestação de Serviços para Actividades de Engenharia e Técnicas Afins, e cumprindo esta prestação de serviços com a al. a) do n.º 2 do art.º 35 da Lei n.º 12-A/2008 de 27/02, na redacção da lei n.º 3-B/2010 de 28/04, do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 03/09 e ainda a al. a) do n.º 1 do art.º 44 do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18/06, submete-se à consideração superior a presente proposta de pedido de parecer prévio favorável.

2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder 17.844,00 € (para um período de 12 meses), a satisfazer pela rubrica 0303 020220.

O cabimento da despesa a efectuar nesta data, deverá corresponder à despesa estimada para o ano económico em curso, ou seja, 1 duodécimo do preço contratual previsto para o presente ano, 1.487,00 €.

O valor restante da despesa deverá ser cabimentado na mesma rubrica no exercício económico de 2011. De referir que a referida rubrica não dispõe de dotação suficiente, pelo que o valor será contemplado na próxima alteração orçamental.

3. Nos termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites ao valor do contrato constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, propõe-se a adopção de um ajuste directo.

4. Tendo-se verificado que o convite não viola os limites previstos no n.º 2 e no n.º 5 do artigo 113.º do CCP, propõe-se que seja convidado o seguinte Engenheiro Civil:

-Daniel Alexandre Viegas Costa, Cartão de Cidadão n.º 012325230; NIF 238514129

5. O órgão competente – Presidente da Câmara Municipal – toma a decisão de contratar no uso de competência própria – al. f) n.º 1 do art. 68.º da Lei 169/99 de 18/09 e al. a) n.º 1 do art. 18.º do D.L. 197/99 de 08/06, aplicável por força do disposto no al. f) n.º 1 do art.14.º do D.L. 18/2008, de 29/01.

Deverá ser presente à reunião de Câmara.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

BARES MUNICIPAIS

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA PRAÇA SALGUEIRO MAIA – ADJUDICAÇÃO

- Na sequência da deliberação de 15/11/2010, sobre a abertura de procedimento por ajuste directo para Concessão de Exploração do Bar da Praça Salgueiro Maia, foi presente, da Técnica Superior – Susana Silva, dos Serviços de Aprovisionamento, a seguinte informação:

«Como é do conhecimento de V. Ex.ª, foi adoptado o ajuste directo nos termos do art. 18.º e al. b) do n.º 1 do art. 24.º do CCP, tendo para tal sido enviado convite a Carlos Miguel de Almeida Matos, cuja proposta se anexa ao presente registo (anexo 20 do Reg 2165).

Considerando que, a entidade convidada apresentou uma proposta nos termos e condições do convite e do caderno de encargos, propõe-se que a Concessão de Exploração do Bar da Praça Salgueiro Maia seja adjudicado a Carlos Miguel de Almeida Matos, pelo preço mensal de 500,00€, pelo prazo de 5 anos.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, adjudicar a Concessão de Exploração do Bar da Praça Salgueiro Maia, a Carlos Miguel de Almeida Matos, pelo preço mensal de 500,00€, pelo prazo de 5 anos.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRANSPORTES URBANOS

CONCURSO PÚBLICO/LOCAÇÃO FINANCEIRA PARA FINANCIAMENTO DE 2 MINI AUTOCARROS PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS – ESCOLHA DE PROCEDIMENTO

- Da Técnica Superior – Filipa Silvestre, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à abertura de procedimento por concurso público para financiamento por locação financeira de 2 Mini Autocarros para Serviço de Transporte Urbano de Passageiros:

«Como é do conhecimento de V. Ex.^a foi adjudicado à empresa SOVECO - Sociedade de Veículos Comerciais, S.A. a aquisição de 2 Mini Autocarros pelo preço contratual de 153.000€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Para o financiamento dos mesmos já foi autorizada pela Câmara na sua reunião de 15/11/2010 a abertura de um procedimento por Concurso Público ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do D.L 197/99 de 8 de Junho e al. b) n.º1 do artigo 20.º do CCP.

Tendo em conta os montantes envolvidos propomos que o prazo para a locação financeira dos 2 Autocarros seja de 5 Anos (60 meses).

Propõe-se este prazo em virtude da relação valor/vida útil do equipamento a financiar (fundamentação do prazo de vigência ao abrigo do artigo 48.º do CCP, uma vez que o prazo máximo para prestação de serviços não deve exceder os 3 Anos)

Desta forma solicita-se a aprovação do seguinte, ao abrigo do n.º 3 do art.º 66.º da Lei 169/99:

- Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço, previsto no al. b) n.º1 e n.º 2 do art. 74.º CCP.
- Programa de Concurso
- Caderno de Encargos
- Designação do júri que deverá conduzir o procedimento e deverá ser constituído por 3 elementos (composto por 3 membros efectivos, um dos quais presidirá, e 2 suplentes)
- Propõe-se ainda, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, a delegação de competência no júri para:
 - Prestar esclarecimentos;
 - Proceder à rectificação de erros ou omissões das peças do procedimento;
 - Pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados;
 - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas e de documentos de habilitação;
 - Proceder à audiência prévia por não entrega dos documentos de habilitação.

De referir que o órgão competente para a decisão de contratar é a Câmara Municipal ao abrigo da alínea b) do art.º 18.º do D.L.197/99 de 8/6; pelo que todos os actos

praticados pelo Exmo. Sr. Presidente no âmbito deste processo são praticados ao abrigo do n.º 3 do art.º 68.º da Lei 169/99, devendo os mesmos ser ratificados na próxima reunião realizada após a sua prática.»

- Neste processo o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Aprovo o caderno de encargos e programa de concurso.

Nomeio o seguinte júri: Dr. Martinho, Dr. Hugo e Dr.ª Filipa,

Suplentes: Dr.ª Susana e Sr. Fernando Madureira, e delego nele todas as competências ao abrigo do n.º 2 art.º 69.º do CCP.

Estes actos são da competência da Câmara e são praticados ao abrigo do n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99; pelo que deverão ser os mesmos ratificados na próxima reunião.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com a presente informação, deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – CCASE

ACTA DA ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - CCASE

- Do Conselho Consultivo de Acção Social Escolar foi presente a acta que a seguir se transcreve, referente à reunião efectuada em 19 de Novembro de 2010, daquele Conselho Consultivo:

«1. Mail do Agrupamento Alpha a solicitar a inclusão no escalão A de dois alunos que vieram transferidos de Constância, sendo que um irá frequentar a EB1 n.º 3 e o outro irá frequentar o Jardim de Infância Norte (SGD 14155).

O Conselho Consultivo decidiu incluir os dois alunos no escalão A, mas apenas para as refeições, uma vez que já receberam o correspondente abono através do Agrupamento de Constância.

2. Mail do Agrupamento Alpha a solicitar a inclusão no escalão A da aluna Carolina Antunes, da EB1 n.º 2, que ficou agora órfã de pai, que era o único meio de subsistência da família. (SGD 14317).

O Conselho Consultivo decidiu incluir a aluna no escalão A.

Foram, ainda, analisados mais 14 requerimentos de auxílios económicos, tendo o Conselho Consultivo decidido atribuir os seguintes subsídios:

Jardim de Infância Norte – 3 escalão A; 3 escalão B

Jardim de Infância n.º 3 – 2 escalão A;

Escola Básica n.º 3 – 1 escalão A; 1 escalão B

Escola Básica n.º 4 – 1 escalão A; 1 escalão B.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, aprovar esta acta, por unanimidade.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PESSOAL

PROPOSTA DE REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

- No seguimento da deliberação de 06 de Setembro de findo, foi presente do Chefe de Divisão de Inovação e Modernização Administrativa – Dr. Emanuel Fernandes a proposta de Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, com elaboração da estrutura orgânica flexível e sua regulamentação, em conformidade com o modelo de estrutura orgânica e estrutura nuclear pela Assembleia Municipal na sessão de 28/09/2010, e respectivo Organograma.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar e rubricar a presente proposta de Regulamento da Organização dos Serviços Municipais e respectivo Organograma.

- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LICENÇAS E TAXAS

DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS – LICENÇAS E TAXAS

- Do Coordenador Técnico dos Serviços de Licenças e Taxas – Maria da Conceição Lucas Antunes, foram presentes os mapas das licenças emitidas por aquela Secção, no período de 08/11/2010 a 26/11/2010, atenta a deliberação de 28/10/2009 e para cumprimento do n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
- A Câmara tomou conhecimento e rubricou estes mapas.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ACCÕES CULTURAIS

AGENDA CULTURAL – 1.º TRIMESTRE 2011

- Da Assistente Técnica - Mónica Alves, dos Serviços Culturais, foi presente a informação que a seguir se transcreve, a enviar a proposta de orçamento da programação para a Agenda Cultural, para o 1.º trimestre de 2011, no valor total de 36.881€.

«Serve o presente para enviar a proposta de orçamento para a Agenda Cultural referente aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2011, que se encontra na tabela em anexo. Na mesma tabela encontra-se especificado ainda, o valor de ingresso proposto em cada actividade.

Mais informo, que algumas das actividades propostas em anexo, apresentam-se em regime de prestação de serviços, pelo que, ao abrigo do n.º 4 do art.º 35 da Lei n.º 12 – A/2008, justifica-se o pagamento das actividades, pelo facto de em termos financeiros, ser mais vantajoso para a Câmara fazer um contrato de prestação de serviços, que contratar uma empresa. É importante salientar, que estas são actividades de âmbito cultural, em que a maioria das pessoas envolvidas, trabalham em regime de prestação de serviços, não tendo constituído firma. Por último, não se justifica a realização de um contrato de prestação de serviços com uma empresa, só para uma actividade de carácter esporádico.»

- A Câmara, tomando conhecimento de tudo, e de acordo com esta informação, deliberou, por maioria, com abstenções dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha e Carlos Matias, aprovar o orçamento e as actividades apresentadas, para a agenda cultural para o 1.º trimestre de 2011.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TOPONÍMIA

PROPOSTA – COMISSÃO DE TOPONÍMIA

- Da Vereadora a Tempo Inteiro, Sr.ª Paula Costa, foi presente a proposta que a seguir se transcreve, que propõe atribuir o seguinte topónimo:

«Após reunião efectuada no passado dia 12 de Outubro, pelas 18h00, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal do Entroncamento, e após recolha de dados complementares a Comissão de Toponímia propõe atribuir os seguintes topónimos:

- JOÃO CHAGAS (1863-1925)

Jornalista, escritor, crítico literário, político, diplomata e conspirador, João Chagas foi, acima de tudo, um republicano liberal, ideal que abraçou até à morte e que, por diversas vezes, lhe custou a prisão e o degredo. Deixou uma das obras mais importantes, e por isso mesmo mais injustamente esquecida, do jornalismo político, de ideias e de doutrinação democrática publicadas em Portugal, sendo autor de alguns

dos textos basilares para a compreensão do processo formativo, evolução e parâmetros ideológicos do republicanismo português.

João Pinheiro Chagas, nasceu no Rio de Janeiro, Brasil a 1 de Setembro de 1863, filho de um emigrante português. Morreu no Estoril a 28 de Maio de 1925.

Rua João Chagas, com início na Rua Baden-Powell (junto aos Campos de Ténis) e fim na Rua do Bonito.»

- A Câmara, após aceitar e discutir esta proposta, deliberou, por unanimidade, aprová-la.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA FORNO DO GRILO

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a execução de um parque destinado a cargas e descargas, na Rua Forno do Grilo:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.ª, serve a presente informação para propor a execução de um parque destinado a cargas e descargas, com limitação horária, com a colocação de sinalização vertical adequada ao efeito do tipo H1a (estacionamento autorizado), placa adicional Mod. 10b (indicador de aplicação - cargas e descargas), e Mod. 8 (indicador duração – até 15 min), delimitando esse parque com sinalização horizontal com marcas longitudinais do tipo M1 (linha continua).

A criação do parque de estacionamento, implicará a deslocação da sinalização existente no local do tipo C15 (estacionamento proibido).

A sinalização a colocar, e a recolocar, surge nos locais assinalados em planta anexa.

Modelo	H1a	Mod. 10b	Mod. 8
Quantidade	1 Unidade (a adquirir)	1 Unidade (a adquirir)	1 Unidade (a adquirir)

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a execução do parque destinado a cargas e descargas, de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA EUSTÁCHIO PICCIOCHI GARCIA

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a concretização de um lugar de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada, na Rua Eustáchio Picciochi Garcia:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.ª, serve a presente informação para propor a concretização de um lugar de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada, aplicando sinalização vertical do tipo H1a (estacionamento autorizado), e Mod. 11d (indicador de veículos a que se aplica a regulamentação) no local assinalado em planta anexa.

Modelo	H1a	Mod. 11d
Quantidade	1 Unidade (a adquirir)	1 Unidade (a adquirir)

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a concretização do lugar de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade reduzida, de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM PARQUE JOSÉ PEREIRA CALDAS – RELATÓRIO FINAL

- No seguimento das deliberações de 05 de Julho e 15 de Novembro findos, sobre a abertura do concurso público da empreitada de “Requalificação do Jardim Parque José Pereira Caldas”, foram presentes os relatórios Preliminar e Final que a seguir se transcrevem.

RELATÓRIO PRELIMINAR:

«Analisadas as Propostas apresentadas em todos os seus atributos, constatou o Júri que a Firma abaixo discriminada apresentou um Preço Contratual superior ao Preço Base pelo que, a respectiva Proposta foi excluída nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 70.º do CCP:

<i>FIRMA EXCLUÍDA</i>	<i>PREÇO CONTRATUAL</i>	<i>PREÇO BASE</i>
FLUINSTAL, SA	536 845,39 €	390 000,00 €

Constatou igualmente o Júri que o Agrupamento formado pelas Firms CONGEVIA, CONSTRUÇÕES, L.^{DA} e CONSTROPE - CONSTRUÇÕES, SA, APRESENTOU A PROPOSTA DEPOIS DO TERMO FIXADO PARA A SUA APRESENTAÇÃO, pelo que, decidiu o Júri, EXCLUIR o Agrupamento, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 146.º do CCP.

De acordo com o constante no art.º 5.º do Programa de Procedimento, foi solicitada a apresentação dos seguintes Documentos:

Previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP;

- Documento Proposta nos termos do modelo constante do Anexo I do Programa de Procedimento;

- Lista de Preços Unitários de todas as espécies de Trabalhos;

- Plano de Trabalhos (incluindo Programa de Trabalhos, Programa de Mão-de-Obra, Programa de Equipamento e Plano de Pagamentos);

- Memória Descritiva e Justificativa do modo de Execução da Obra;

- Indicação dos Preços Parciais dos Trabalhos correspondentes a cada uma das habilitações exigidas, conforme disposto no n.º 4 do art.º 60.º do CCP.

De acordo com o n.º 1 do art.º 146.º do CCP, propõe-se a Lista Ordenada das Propostas Admitidas:

FIRMAS ADMITIDAS	PREÇO CONTRATUAL
PEREIRA & ROSÁRIO, L. ^{DA}	304 172,30 €
MIRATERRA – OBRAS PÚBLICAS, L. ^{DA}	359 989,33 €
ALVAPE – CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, L. ^{DA}	364 474,26 €
IBERSILVA – SERVICIOS, L. ^{DA} (SUR.PORTUGAL)	372 564,56 €
ARQUIJARDIM, S.A. */ J.C. BARTOLOMEU, L. ^{DA} */ ECODEMO – DEMOLIÇÕES, ECOLOGIA E CONSTRUÇÃO, S.A. *	376 978,09 €
ECO EDIFICA, AMBIENTE E CONSTRUÇÕES, S.A.	378 339,61 €

** MODALIDADE JURÍDICA DE CONSÓRCIO EXTERNO DE ACORDO COM O PREVISTO NO ART.º 54.º DO CCP E COM O ESTABELECIDO NO ART.º 16.º DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO.*

Anexam-se Mapas Comparativos e Mapa de Análise.

Tendo em consideração que *O CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO É O MAIS BAIXO PREÇO*, de acordo com o art.º 12.º do Programa de Procedimento e a alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP, verifica-se que a Proposta mais vantajosa é a da Firma *PEREIRA & ROSÁRIO, L.^{DA}*, com o valor de 304 172,30€ (*TREZENTOS E QUATRO MIL CENTO E SETENTA E DOIS EUROS E TRINTA CÊNTIMOS*) + IVA à taxa legal em vigor, *A QUEM SE PROPÕE QUE SEJA FEITA A ADJUDICAÇÃO*.

Deverá, de acordo com os art.ºs 147.º e 123.º do CCP, ser remetido este Relatório Preliminar a todos os concorrentes, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, se assim o entenderem, no prazo de 05 dias a contar da data da respectiva notificação.»

RELATÓRIO FINAL:

«Decorrido o prazo estipulado no art.º 123.º do CCP – Código dos Contratos Públicos, para o qual remete o art.º 147.º do mesmo diploma legal, ou seja, o prazo legalmente fixado para a *AUDIÊNCIA PRÉVIA*, verificou-se que *NÃO FOI APRESENTADA QUALQUER RECLAMAÇÃO POR PARTE DOS CONCORRENTES*.

Decidiu o Júri, de acordo com o n.º 1 do art.º 148.º do CCP – Código dos Contratos Públicos manter as conclusões do Relatório Preliminar.

A Proposta mais vantajosa é a do Firma *PEREIRA & ROSÁRIO, L^{DA}*, com o valor de 304 172,30€ (*TREZENTOS E QUATRO MIL CENTO E SETENTA E DOIS EUROS E TRINTA CÊNTIMOS*) + IVA à taxa legal em vigor.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, adjudicar esta empreitada à Firma *PEREIRA & ROSÁRIO, L^{DA}*, com o valor de 304 172,30€ (*TREZENTOS E QUATRO MIL CENTO E SETENTA E DOIS EUROS E TRINTA CÊNTIMOS*) + IVA à taxa legal em vigor.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXECUÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CULTURAL A CLUSTER DE RESTAURAÇÃO – AUTO DE CONSIGNAÇÃO DE OBRA

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Consignação de Obra, elaborado em 15 de Novembro de 2010, referente à empreitada de "Execução da Requalificação do Centro Cultural a Cluster de Restauração", adjudicada à Firma Alpeso - Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DA REDE ABERTA MULTI-SERVIÇOS – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 2

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 2 do Contrato Inicial, no valor de 40.907,94€ (quarenta mil novecentos e sete euros e noventa e quatro cêntimos), elaborado em 30 de Novembro de 2010, referente à empreitada de "Concepção/Execução da Rede Aberta Multi - Serviços", adjudicada à Firma Unitelco – Engenharia e Construção em Telecomunicações, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PROC.º DE OBRAS N.º 200/95 e 129/04 – ANTÓNIO LOPES DA COSTA ÂNGELO (IBERMARKET – GESTÃO DE IMÓVEIS) – PRORROGAÇÃO DA LICENÇA DE UTILIZAÇÃO

- Petição em nome de António Lopes da Costa Ângelo, na qualidade de presidente do conselho de administração de IBERMARKET – Gestão de Imóveis e proprietária dos espaços comerciais, sitos na Rua 5 Outubro, números 83, 85 e 87, desta Cidade, a solicitar a prorrogação da licença de utilização a título precário para comércio/Serviços, pelo prazo de 5 anos, dada a actual conjuntura económica não prever de imediato a possibilidade de reestruturação do espaço em definitivo.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, conceder a revalidação da licença a título precário pelo prazo de 5 anos.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 60/10 – LÚCIA CRISTINA FREITAS QUEIRÓS – CONSTRUÇÃO DE ALPENDRE – PROJECTO DE ARQUITECTURA

- Presente o processo de obras número 60/10, em nome de Lúcia Cristina Freitas Queirós, referente à construção de um alpendre, na Rua Dr. Fanhais, número 43-B 1.º andar, nesta Cidade, conforme projecto de arquitectura que junta.

- Ouvido, para o efeito, o Técnico Superior - Arquitecto José Tavares, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitiu, este, o seguinte parecer:

- Ouvido, para o efeito, o Técnico Superior - Arquitecto José Tavares, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitiu, este, o seguinte parecer:

«Pretende o requerente a construção de um alpendre no terraço a tardoz do edifício, na localização acima descrita.

Trata-se mais concretamente de um telheiro na extremidade poente do terraço e da construção de um muro com altura de 1,50m em todo o perímetro circunvizinho.

Na análise feita por estes serviços verifica-se que **o projecto de arquitectura está em condições de ser aprovado**, devendo ser solicitada a apresentação no prazo de 6 meses dos projectos de especialidades nos termos do n.º 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro e Decreto-lei n.º 26/2010 de 30 de Março.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de arquitectura de acordo com este parecer.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 68/10 – ONDA FÍSICA II – HEALTH CLUB, LDA – CONSTRUÇÃO DE HEALTH CLUB – PROJECTO DE ARQUITECTURA

- Presente o processo de obras número 68/10, em nome de Onda Física II – Health Club, Lda, referente à construção de um Health Club, na Rua do Bonito (Pinhal da Lameira), nesta Cidade, conforme projecto de arquitectura que junta.

- Ouvido, para o efeito, o Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, Arquitecto Silvino, emitiu, este, o seguinte parecer:

«Relativamente ao assunto em título, cumpre-me informar V. Ex.ª do seguinte:

O projecto apresentado refere-se à remodelação do actual edifício das Piscinas (Velhas) de acordo com a escritura de Constituição de Direito de Superfície entre a Firma titular do presente processo de obras e esta Câmara Municipal, datado de 19 de Novembro de 2009, e, vem na sequência do pedido de anulação do anterior projecto.

O proposto mantém a implantação actual sendo renovado todo o interior e as fachadas, sendo retirado o piso superior anteriormente proposto.

O projecto de arquitectura, cumpre com as normas regulamentares aplicáveis, pelo que está em condições de ser viabilizado, devendo remeter-se um exemplar do mesmo, à Delegação de Saúde, para parecer.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de arquitectura de acordo com este parecer.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 52/03 – EMINVEST – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO – ALTERAÇÕES

- Presente o processo de obras número 52/03, em nome de Eminvest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, referente à construção de um Edifício - alterações, na Av.ª Dr. José Eduardo Vítor das Neves/Rua António Lucas, nesta Cidade, conforme projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de acordo com o parecer do Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, Arquitecto Silvino, emitido em 30/11/2010.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 39/10 – ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES – ENCOPROF – DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 39/10, em nome da Associação de Professores - Encoprof, referente às alterações das instalações, na Rua Vasco da Gama, número 22, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e apresentação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com o parecer do Técnico Superior - Eng.º Civil, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 17/11/2010.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 13/08 – GESTELEC – GESTÃO E INVESTIMENTOS, SOCIEDADE UNIPessoAL, LDA – INSTALAÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS - DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 13/08, em nome de Gestelec – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda., SA, referente à instalação de um Posto de Abastecimento de Combustíveis, na Rua D. Maria II (Urbanização Saldanha Sul), nesta Cidade, na sequência da vistoria realizada e do parecer favorável emitido pelo ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade em relação à instalação.

- Neste processo o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Deferido de acordo com o n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18/9 e posteriores alterações, de acordo com a informação dos Serviços. Aos serviços para procedimento. À Reunião de Câmara para ratificação.»

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 37/10 – JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS & FILHOS, LDA – ALTERAÇÕES EM POSTO DE ABASTECIMENTO - OFICINA - DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 37/10, em nome de José de Oliveira Santos & Filhos, Lda., referente a alterações em Posto de Abastecimento - Oficina, na Rua 5 de Outubro, n.º 30, nesta Cidade, na sequência do deferimento do projecto de arquitectura e apresentação dos projectos das especialidades.

- Neste processo o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Deferido de acordo com o n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18/9 e posteriores alterações, de acordo com a informação dos Serviços. Aos serviços para procedimento. À Reunião de Câmara para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

- De acordo com o art.º 83 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmo. Presidente apresentou os assuntos que a seguir se transcrevem, após a Câmara ter concordado com a sua análise:

COMUNIDADE URBANA DO MÉDIO TEJO

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO – A23 - MÉDIO TEJO – PORTAGENS

- Ofício n.º 1738/2010, de 24 de Novembro, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a comunicar que na última reunião extraordinária do Conselho Executivo, realizada no dia 19 de Novembro, acerca da Resolução do Conselho de Ministros de 9 de Setembro de 2010, que estabelece as regras de Implementação do regime de cobrança de taxas de portagem em todas as auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT) e da visita efectuada à A23 e aos Percursos Alternativos, dia 15 de Novembro de 2010, os Presidentes das Câmaras Municipais do Médio Tejo deliberaram, por unanimidade:

1 – Reiterar a importância da A23 como via de ligação estruturante nas deslocações no Médio Tejo, por constituir esta via, a “maior circular urbana do Médio Tejo”, nomeadamente:

- através dos seus 13 nós servindo uma população residente de 237.691 habitantes e por servir 6 Cidades próximas (Abrantes, Entroncamento, Fátima, Ourém, Tomar, Torres Novas) e 12 Vilas do Médio Tejo, e

- devido à complementaridade regional que se constata haver na gestão de muitos equipamentos colectivos existentes, sendo de salientar, entre outros, pela sua

importância na região na deslocação das populações, os Estabelecimentos de Saúde (Centro Hospitalar do Médio Tejo com distintas valências em Abrantes/Tomar/Torres Novas) e de Ensino (IPT – Escola Superior de Tecnologia em Abrantes / CEPTON – Centro de Estudos Politécnico de Torres Novas – IEPF – Centro de Formação Profissional de Tomar para o Médio Tejo com diversos pólos),

o que traduz uma vivência em rede, singular e invulgar a nível nacional;

2 – Relevar que o troço “Saída A1 – Mouriscas” não se integra em regime de concessão SCUT, implementado através de Fundos de Coesão como IP6 onde a manutenção foi, desde sempre, da responsabilidade do IEP/EP;

3 – Manifestar que a introdução de portagens no troço acima referido, seria equiparada à criação “artificial” de uma nova SCUT, num troço que não reúne os requisitos legalmente exigidos para a implementação de portagens;

4 – Solicitar a intervenção de Sua Excelência o Secretário de estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para que seja devidamente ponderada a equidade nacional (tal como acontece em diferentes áreas do País – exemplo CRIL), nomeadamente no que se refere à aplicação da Resolução de Conselho de Ministros em questão.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Foi ainda deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REMODELAÇÃO DA DECORAÇÃO DOS AUTOCARROS – TURE 1.ª FASE - PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL

- Do Assistente Técnico - Andrea Frutuoso, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que abaixo se transcreve, acerca da necessidade de se iniciar um procedimento contratual para prestação de serviços para “Remodelação da Decoração dos Autocarros – TURE 1.ª Fase”:

«1. Na sequência da informação do Assistente Técnico Horácio Trincão Duarte, constante do registo SGD n.º 13761, torna-se necessário proceder à abertura de procedimento concursal para Prestação de Serviços para remodelação da decoração dos três autocarros Mercedes da 1.ª fase dos TURE.

2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder os 14.550,00 € (mais IVA à taxa legal em vigor) a satisfazer pela dotação 0102 07011002 a que corresponde o PPI 03 008 2008/22 4.

3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, do CCP, propõe-se a adopção de um ajuste directo.

4. Solicita-se assim a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca:

- Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço, previsto na al. b) n.º 1 e n.º 2 do art. 74.º CCP.

- Convite elaborado de acordo com o disposto no art. 115.º do CCP.

- Caderno de Encargos contendo as clausulas a incluir no contrato a celebrar.

5. Seja convidada a seguinte entidade Doodle – Criatividade Empresarial, Lda., tendo-se verificado que o convite não viola os limites previstos no n.º 2 e no n.º 5 do artigo 113.º do CCP.

6. O órgão competente – Presidente da Câmara Municipal – toma a decisão de contratar no uso de competência própria – al. f) n.º1 do art. 68.º da Lei 169/99 de 18/09 e al. a) n.º 1 do art. 18.º do D.L. 197/99 de 08/06, aplicável por força do disposto no al. f) n.º 1 do art.14.º do D.L. 18/2008, de 29/01.

7. Tendo em vista a emissão do parecer prévio favorável decorrente do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril e ainda a alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72 – A/2010 de 18 de Junho, informa-se que o presente contrato de prestação de serviços não envolve a prestação de trabalho subordinado, uma vez que o trabalho irá ser prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina a instruções deste Município.

Informa-se ainda que o trabalho a executar não poderá ser assegurado por trabalhadores providos por relações de emprego público, pois não existem lugares previstos no mapa de pessoal para assegurar esta actividade.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PROC.º DE OBRAS N.º 04/08 – VITOSILDA – CONSTRUÇÕES, LDA – ALTERAÇÕES

- Presente o processo de obras número 04/08, em nome de Vitosilda – Construções, Lda., referente às alterações na construção de um bloco habitacional, na Rua do Chafariz, n.º 56, nesta Cidade.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de acordo com o parecer do Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, Arquitecto Silvino, emitido em 29/11/2010.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

- E eu, _____, Coordenador Técnico na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.